



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Secretaria de Estado de Obras e Serviços Públicos - SEOSP
Assessoria Técnica do Gabinete - SEOSP-ASTEC

MINUTA DE CONTRATO

*** MODELO DE DOCUMENTO**

CONTRATO Nº/SEOSP/PGE-2025

CONTRATANTE: O ESTADO DE RONDÔNIA, através da SECRETARIA DE ESTADO DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS - SEOSP, órgão de natureza instrumental criado pela Lei Complementar nº 1.060, de 21 de maio de 2020, inscrito no CNPJ sob nº 37.621.806/0001-07, com sede em Porto Velho/RO, na Av. Farquar, 2986, Bairro Pedrinhas, Palácio Rio Madeira, Edifício Rio Jamari, 4º Andar, RO CEP 76801-470, na qualidade de partícipe concedente, e neste ato representada por seu Secretário de Estado, o Sr. **ELIAS REZENDE DE OLIVEIRA**, inscrito no CPF/MF sob nº 497.642.922-91, nomeado por decreto não numerado, de 31 de março de 2023, publicado no em edição suplementar do Diário Oficial do Estado em 03 de março de 2023; e,

CONTRATADA: A empresa **XXX**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº XXX, com sede na Rua XXX, nº XXX, Bairro XXX, CEP nº XXX, cidade de XXX, aqui representada pelo Sr. **XXX**, de acordo com a representação legal que lhe é outorgada através do documento acostado (id. XXXX).

Os Contratantes celebram, por força do presente instrumento, contrato para prestação de serviços de engenharia, o qual se regerá pelas disposições da Lei nº 14.133/2021 e demais normas pertinentes, licitado através de CONCORRÊNCIA, vinculando-se aos termos do Processo Administrativo nº 0069.000264/2025-35 e à proposta da CONTRATADA, mediante as seguintes cláusulas:

1. DO OBJETO/DAS QUANTIDADES/DA VINCULAÇÃO

1.1. **Do objeto:** O objeto do presente instrumento é a Contratação de empresa para CONCLUSÃO DA OBRA INACABADA anexo ao Centro Político Administrativo – CPA, conforme prevê o Estudo Técnico Preliminar (0060589233), o Projeto Básico (0066138162), Mapa de Risco 44 e Matriz de Riscos (0060649476), o Edital XX e seus anexos, independentemente de transcrição.

1.2. **Da vinculação:** Integram este contrato, independentemente de transcrição, o Estudo Técnico Preliminar (0060589233), o Projeto Básico (0066138162), o disposto no Edital (XXX), a proposta da Contratada (XXX) e demais elementos que sirvam à exata definição do objeto descrito nesta cláusula.

2. DOS PRODUTOS A SEREM CONTRATADOS

2.1. Os produtos a serem contratados serão aqueles estabelecidos no item 8 do Projeto Básico e seus anexos.

3. DO LOCAL, RECEBIMENTO PROVISÓRIO E DEFINITIVO

3.1. A metodologia de execução e seu recebimento serão aquelas estabelecidas no item 11 do Projeto Básico e seus anexos.

4. FORMAS, CONDIÇÕES E PRAZO DE PAGAMENTO

4.1. As formas, condições e prazo de pagamento serão aquelas estabelecidas no item 13 do Projeto Básico e seus anexos.

5. DOS PRAZOS

5.1. O prazo de execução do objeto será de 360 (trezentos e sessenta) dias, contados a partir da data de assinatura da ordem de início emitida pela Secretaria de Estado de Obras e Serviços Públicos - SEOSP.

5.2. O prazo de vigência do contrato será de 540 (quinhentos e quarenta) dias, contados a partir da data da assinatura do Instrumento Contratual.

5.3. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do CONTRATADO, previstas neste instrumento.

6. DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

6.1. O acompanhamento de fiscalização do objeto deste contrato serão aquelas estabelecidas no item 6 e demais do Projeto Básico e seus anexos.

7. DO VALOR

7.1. O valor total desta contratação é de R\$ XXX, correspondente à declaração de adequação financeira (XXX), a servir de lastro para efetuar o pagamento do objeto descrito na cláusula primeira.

7.2. Nos preços propostos estão inclusos fretes, carga, descarga e demais custos diretos e/ou indiretos, inclusive os resultantes da incidência de quaisquer impostos, tributos, contribuições ou obrigações trabalhistas, fiscais e previdenciário a que estiver sujeita a Contratada.

8. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

8.1. As despesas com a aquisição dos bens/materiais de que trata o objeto deste Contrato sairão do seguinte crédito orçamentário: Cód. U. O.: 270001 - Programa de Trabalho: 27.001.15.451.2183.1638 - Fonte de Recursos: 2.500.0.0001 - Natureza de Despesa: 44.90.51, conforme consta na Declaração de Adequação financeira (id. 0059775919), prevista no item 10 do Projeto Básico e seus anexos.

9. DA GESTÃO DO CONTRATO

9.1. Além daquelas determinadas por leis, decretos, regulamentos e demais dispositivos legais, o modelo de gestão do contrato serão aqueles estabelecido no item 6 do Projeto Básico e seus anexos.

10. MEDIÇÃO E PAGAMENTO

10.1. As medições e condições de pagamento estão descrito no item 7 do Projeto Básico e seus anexos.

11. DOS REAJUSTES, CORREÇÕES MONETÁRIAS E ACRÉSCIMO E SUPRESSÕES

11.1. Além das disposições contidas na Lei n. 14.133/21 e Decreto n. 28.874/24, aplica-se as condições de reajuste e correções monetárias estabelecidas no item 13 do Projeto Básico e seus anexos.

12. DO PEDIDO DE REESTABELECIMENTO ECONOMICO-FINANCEIRO

12.1. Além das disposições contidas na Lei n. 14.133/21 e Decreto n. 28.874/24, aplica-se as condições estabelecidas no item 13 do Projeto Básico e seus anexos.

12.2. O prazo para resposta ao pedido de reequilíbrio contratual (reajuste e/ou revisão) será inicialmente de 30 (trinta) dias, contados da data do fornecimento da documentação prevista nos Artigos 163 e 164 do Decreto 28.874/2024 que Regulamenta as contratações públicas no âmbito da Administração Pública direta, autárquica e fundacional do Estado de Rondônia, com fundamento na Lei Federal nº [14.133](#), de 1º de abril de 2021 - Lei de Licitações e Contratos Administrativos e revoga os Decretos nº [12.234](#), de 13 de junho de 2006, nº [16.089](#), de 28 de julho de 2011, nº [18.340](#), de 6 de novembro de 2013, nº [21.349](#), de 21 de outubro de 2016 e nº [26.182](#), de 24 de junho 2021.

12.3. O prazo acima estabelecido poderá ser prorrogado desde que devidamente justificado pelo setor responsável e autorizado pelo titular da respectiva coordenadoria.

13. DA EXTINÇÃO E RESCISÃO CONTRATUAL

13.1. A extinção e rescisão deste contrato serão aquelas estabelecidas na Lei n. 14.133/2021, bem como as estabelecidas no item 13 do Projeto Básico e seus anexos.

14. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

14.1. Além daquelas determinadas por leis, decretos, regulamentos e demais dispositivos legais, também se incluem o disposto no item 14 do Projeto Básico e seus anexos.

14.2. Cabe à Contratada o Cumprimento de cotas de aprendizes, sendo que dentre os(as) aprendizes a serem contratados(as) deverá ser priorizado(a) adolescente entre 14 a 18 anos que estejam em situação de vulnerabilidade e ou risco social, nos termos do art. 53, caput, incisos I a III, §1º e §2º, do Decreto Presidencial n. 9.579/2018, com redação conferida pelo Decreto nº. 11.479/2023.

14.3. Cumprimento das exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz.

15. DA MATRIZ DE RISCO

15.1. A Matriz de Risco é um instrumento que tem como objetivo definir as responsabilidades da CONTRATANTE e da CONTRATADA na execução do Contrato.

15.2. Constitui peça integrante deste Contrato, independentemente de transcrição no instrumento respectivo, o Mapa de Risco 44 e Matriz de Riscos (0060649476).

15.3. O termo risco foi designado neste Contrato para designar o resultado objetivo da combinação entre probabilidade de ocorrência de determinado evento, aleatório, futuro e que independa da vontade humana, e o impacto resultante caso ele ocorra. Esse conceito pode ser ainda mais específico ao se classificar o risco como uma atividade de ocorrência de um determinado evento que gere provável prejuízo econômico.

15.4. A Matriz de Risco se limita apenas à definição/alocação das responsabilidades nos casos expostos, entre o contratante e o contratado, não trazendo cálculo do valor da taxa de risco, apenas os valores enunciados em normas vigentes, tendo em vista, que não há dados estatísticos disponíveis para o presente.

16. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

16.1. Sem prejuízo das sanções cominadas no art. 155 da Lei 14.133/2021 e em demais legislações correlatas, pela inexecução total ou parcial do Contrato, a Administração poderá, garantida a prévia e ampla defesa, aplicar à Contratada as sanções previstas no item 15 do Projeto Básico e seus anexos.

17. DA INEXECUÇÃO, EXTINÇÃO E PENALIDADES

17.1. A inexecução, extinção e penalidades do objeto deste contrato serão aquelas estabelecidas no item 15 do Projeto Básico e seus anexos.

18. DA SUBCONTRATAÇÃO

18.1. A subcontratação do presente contrato está descrito no item 8 do Projeto Básico e seus anexos.

19. DA GARANTIA CONTRATUAL

19.1. A contratação conta com a garantia de execução, nos moldes do Art.96 da Lei 14.133, de 2021, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor inicial do contrato.

19.2.

19.3. Caberá ao contratado optar por uma das seguintes modalidades de garantia:

19.3.1. Caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública sendo estes emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus credores econômicos, definido pelo Ministério da Economia

19.3.2. Seguro-garantia, modalidade “Seguro-garantia do Prestador de Serviço”, representado por apólice de seguro emitida especialmente para esse fim, devendo ter como importância segurada o valor nominal da garantia exigida e como beneficiário o contratante.

19.3.3. Fiança bancária, emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil.

19.3.4. Título de capitalização custeado por pagamento único, com resgate pelo valor total.

19.4. O seguro-garantia tem por objetivo garantir o fiel cumprimento das obrigações assumidas pelo contratado perante a Administração, inclusive as multas, os prejuízos e as indenizações decorrentes de inadimplemento, observadas as seguintes regras nas contratações regidas pela Lei 14.133:

I - caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia;

II - seguro-garantia;

III - fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil.

IV - título de capitalização custeado por pagamento único, com resgate pelo valor total. [\(Incluído pela Lei nº 14.770, de 2023\)](#)

19.5. Na contratação, a garantia será de 5% (cinco por cento) do valor inicial do contrato.

19.6. Tal percentual se justifica em razão da complexidade técnica que envolve este tipo de objeto, bem como, dos riscos envolvidos. Pois, de acordo com o o disposto no Acórdão 1079/2019 – TCU – Plenário, 37,5% das obras auditadas em 2019 estavam paralisadas, quantitativo esse absolutamente desproporcional.

19.7. **Da garantia adicional**

19.7.1. Se o preço apresentado pelo licitante vencedor estiver abaixo de 85% do valor orçado pela Administração, a empresa deverá apresentar uma garantia adicional.

19.7.2. Será exigida a garantia adicional prevista na Lei nº 14.133/2021 em contratações de obras e serviços de engenharia quando a proposta do licitante vencedor for inferior a 85% do valor orçado pela Administração.

Art. 59

[...]

§ 5º Nas contratações de obras e serviços de engenharia, será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com esta Lei.

20. **DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE**

20.1. Os critérios de sustentabilidade do presente contrato serão aqueles estabelecidos no item 4.2. do Projeto Básico e seus anexos.

21. **DAS OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD**

21.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

- 21.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.
- 21.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.
- 21.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de sub operação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.
- 21.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.
- 21.6. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.
- 21.7. O Contratado deverá exigir de sub operadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.
- 21.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.
- 21.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.
- 21.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.
- 21.11. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.
- 21.12. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.
- 21.13. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

22. DA FRAUDE E CORRUPÇÃO

- 22.1. A Contratada deverá observar os mais altos padrões éticos durante a execução do Contrato, estando sujeitas às sanções previstas na legislação em caso de inobservância.

23. DOS CASOS OMISSOS

- 23.1. As omissões, dúvidas e casos não previstos neste instrumento, serão resolvidos e decididos aplicando-se as regras da Lei nº 14.133/2021 e suas alterações, bem como demais ordenamentos jurídicos correlatos, levando-se sempre em consideração os princípios que regem a Administração Pública.

24. DA PUBLICAÇÃO

- 24.1. Incumbirá à Contratante, através da Procuradoria Geral do Estado, providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial do Estado de Rondônia, no prazo previsto na Lei nº 14.133/2021.

25. DO FORO

- 25.1. As questões decorrentes da execução deste Instrumento que não possam ser dirimidas administrativamente serão processadas e julgadas no Foro de Porto Velho, capital do Estado de Rondônia, que prevalecerá sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

26. DAS ASSINATURAS, DATA DE CELEBRAÇÃO E VISTO DA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

26.1. Considerando que a presente avença é celebrada no bojo de processo virtual que tramita no âmbito do Sistema Eletrônico de Informações - SEI, a data de celebração será correspondente a da aposição da assinatura eletrônica mais recente de qualquer das partes qualificadas no preâmbulo.

26.2. Este instrumento jurídico foi elaborado na forma do art. 23, I, da LCE 620/2011, segundo as informações e documentos constantes dos autos do processo identificado neste instrumento.

26.3. Para firmeza e como prova do acordado, o presente Contrato, o qual, depois de lido e achado conforme, será assinado pelas partes, dele sendo extraídas as cópias que se fizerem necessárias para sua publicação e execução, devidamente certificadas pela Procuradoria-Geral do Estado.



Documento assinado eletronicamente por **ELIAS REZENDE DE OLIVEIRA, Secretário(a)**, em 18/11/2025, às 12:08, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **0066574376** e o código CRC **22DA5EB6**.

Referência: Caso responda este(a) Minuta de Contrato, indicar expressamente o Processo nº 0069.000264/2025-35

SEI nº 0066574376